



Uma análise das finanças de Maxaranguape/RN

Instituto Latino-americano de Estudos
Socioeconômicos (ILAESE)

Março de 2017



ELABORAÇÃO

Este estudo é uma produção do ILAESE (Instituto Latino Americano de Estudos Sócio Econômicos) coordenado por Gustavo Machado. Tem por objetivo analisar as finanças públicas do município de Maxaranguape-RN, sobretudo no que diz respeito aos seus investimentos no setor da saúde.

Todas informações foram retiradas de relatórios oficiais devidamente indicados. No fundamental, utilizamos os dados disponibilizados pelo Tesouro Nacional e pelo Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte.

O Portal Transparência encontra-se em péssimo estado e foi pouco utilizado nesse caso.



OBSERVAÇÃO METODOLÓGICA

No curso desse estudo, diferentes tipos de receitas municipais foram consideradas. Isso ocorre porque distintas leis levam em conta distintas receitas. Por exemplo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que limita os gastos com servidores, leva em conta a Receita Corrente Líquida. Já o mínimo constitucional a ser aplicado em Educação e Saúde leva em conta apenas a Receita oriunda de transferências e impostos.

Em nenhum desses casos, se considera a Receita Total do município, limitando ainda mais os pisos constitucionais.

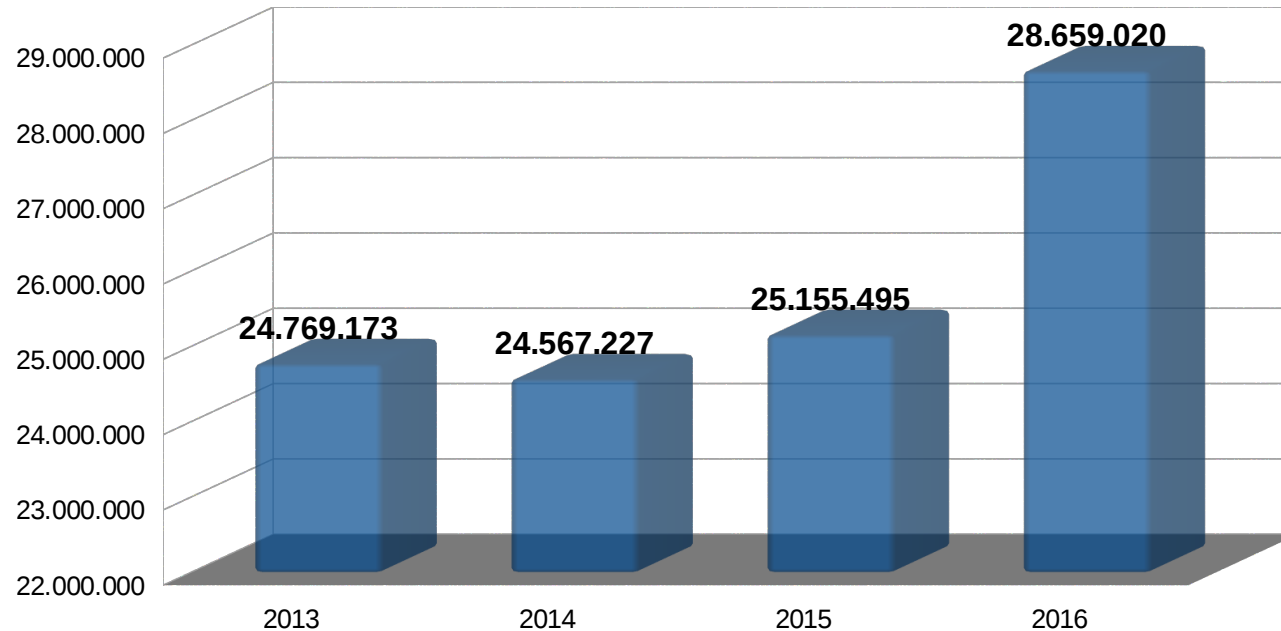


RECURSOS



Receita Total

Receita total (em reais)



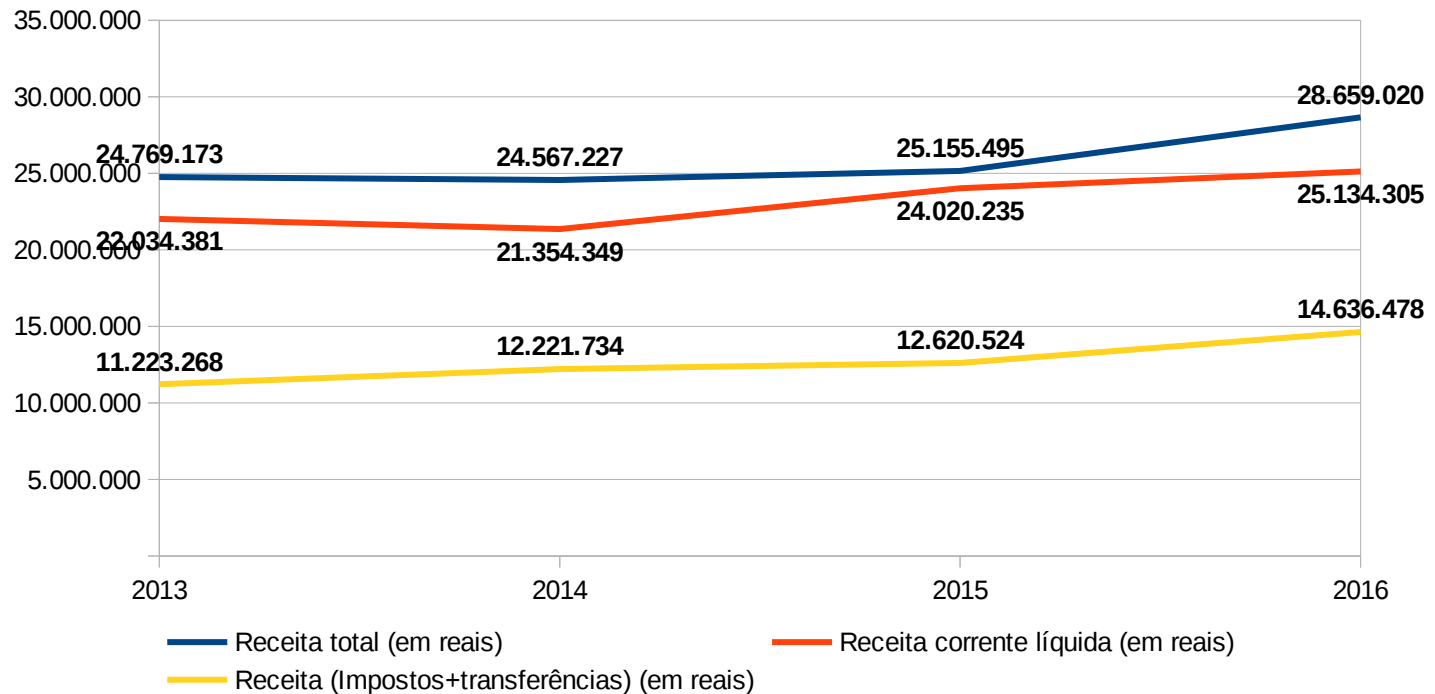
Fonte: Tesouro Nacional – Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

A arrecadação do município de Maxaranguape cresceu 15,6% entre 2013 e 2016. A inflação do período foi de 32,96% segundo o IPCA. Mas em 2016 o crescimento da receita foi de cerca de 14%, superior a inflação do ano que foi de 6,29%.

Receita total da Prefeitura cresceu 14% em 2016



Receitas



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Acima mostramos as diversas receitas da prefeitura de Maxaranguape. A Receita Total considera toda arrecadação do município, seja qual for a origem. Ela não é usada para o cálculo de nenhum piso constitucional. A receita corrente líquida não considera o superavit do ano anterior e é utilizada no cálculo da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os pisos constitucionais da educação e saúde são calculados com as Receitas oriundas de impostos e transferências, que é a menor que todas receitas anteriores.

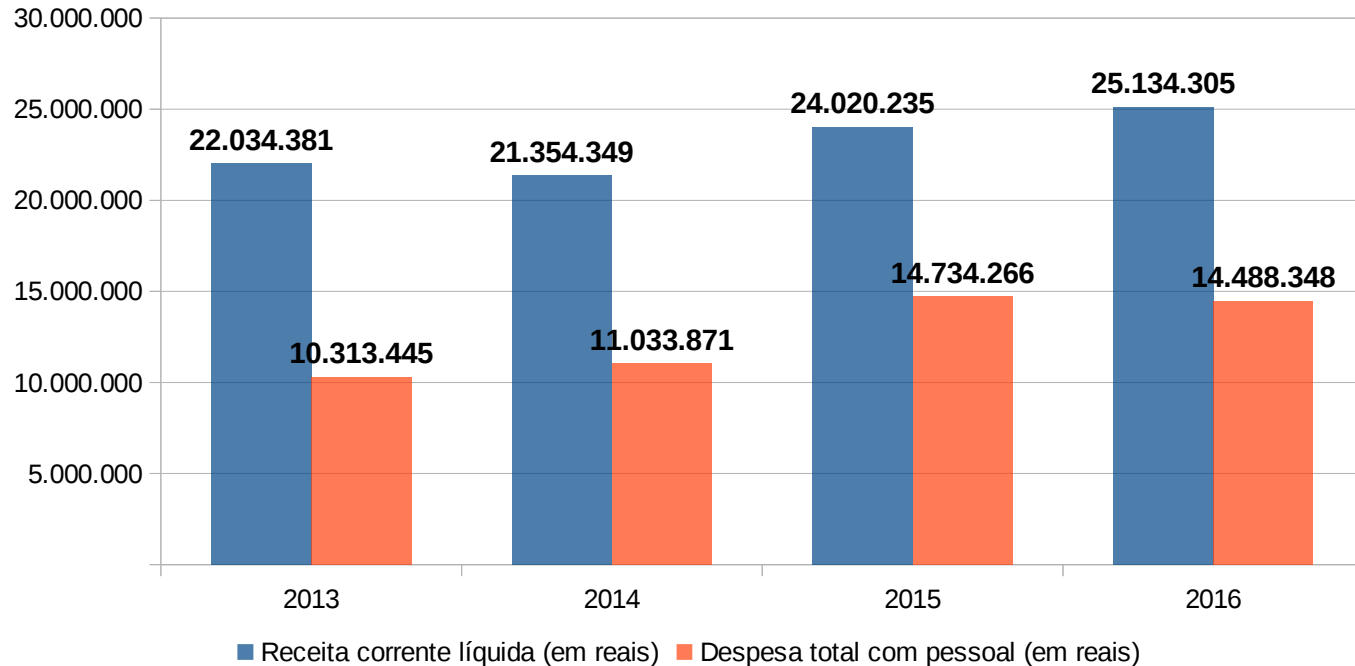
Receita para o cálculo dos pisos constitucionais é apenas cerca de 50% da Receita Total.

GASTO COM PESSOAL E LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL



Gasto com Pessoal

Gastos com Pessoal (em reais)



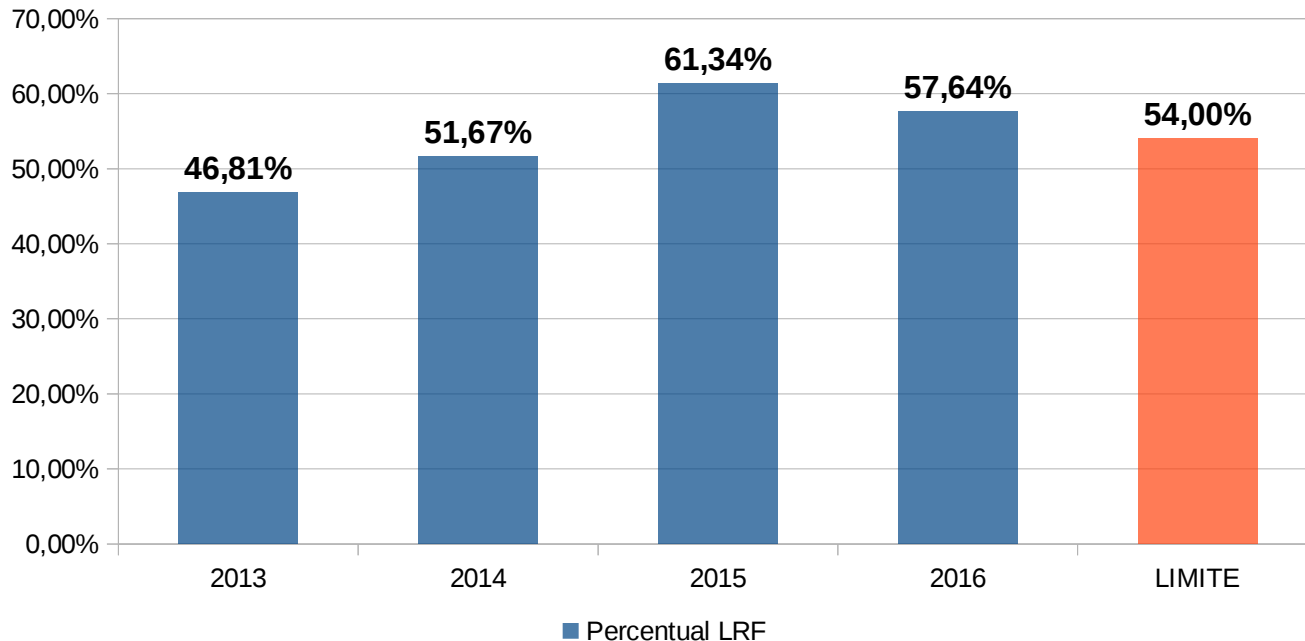
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Podemos ver acima a receita corrente líquida e as despesas com pessoal (pagamento dos servidores públicos) no município de Maxaranguape. Esses dados servem de base para o cálculo dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Lei de Responsabilidade Fiscal

Percentual de gasto com Pessoal em relação a RCL



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Elaboração: ILAESE

Em 2016 a prefeitura de Maxaranguape extrapolou o teto constitucional da Lei de Responsabilidade Fiscal. Nesse sentido, legalmente, a prefeitura está proibida de fazer novos investimentos e contratações nos serviços público. No entanto, acreditamos que isso não pode ser uma barreira para a luta dos trabalhadores. É preciso lutar contra a Lei de Responsabilidade Fiscal.



LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

o governo federal aplica uma política econômica neoliberal para o orçamento da União com o objetivo de privilegiar o pagamento da dívida pública. Os investimentos em áreas como saúde, educação e os demais serviços públicos ficam para depois. Para isso existe a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, aprovada em maio de 2000, durante o governo FHC.

Em nome de uma suposta responsabilidade fiscal, ela impõe barreiras absolutas que impedem o aumento de investimentos em pessoas até um certo limite. Estabelece o limite de 60% da receita com funcionários para Estados e municípios(54% na esfera executiva e 6% na esfera legislativa). Já o limite para o governo federal é ainda menor: 50% do orçamento.

Nesse cenário, o pagamento da dívida é mais importante que os outros gastos. Caso a receita do Estado ou município for menor que o previsto, o governo não pode fazer investimentos, a não ser os de caráter obrigatório, constitucional.

É preciso organizar uma luta nacional contra a Lei de Responsabilidade Fiscal

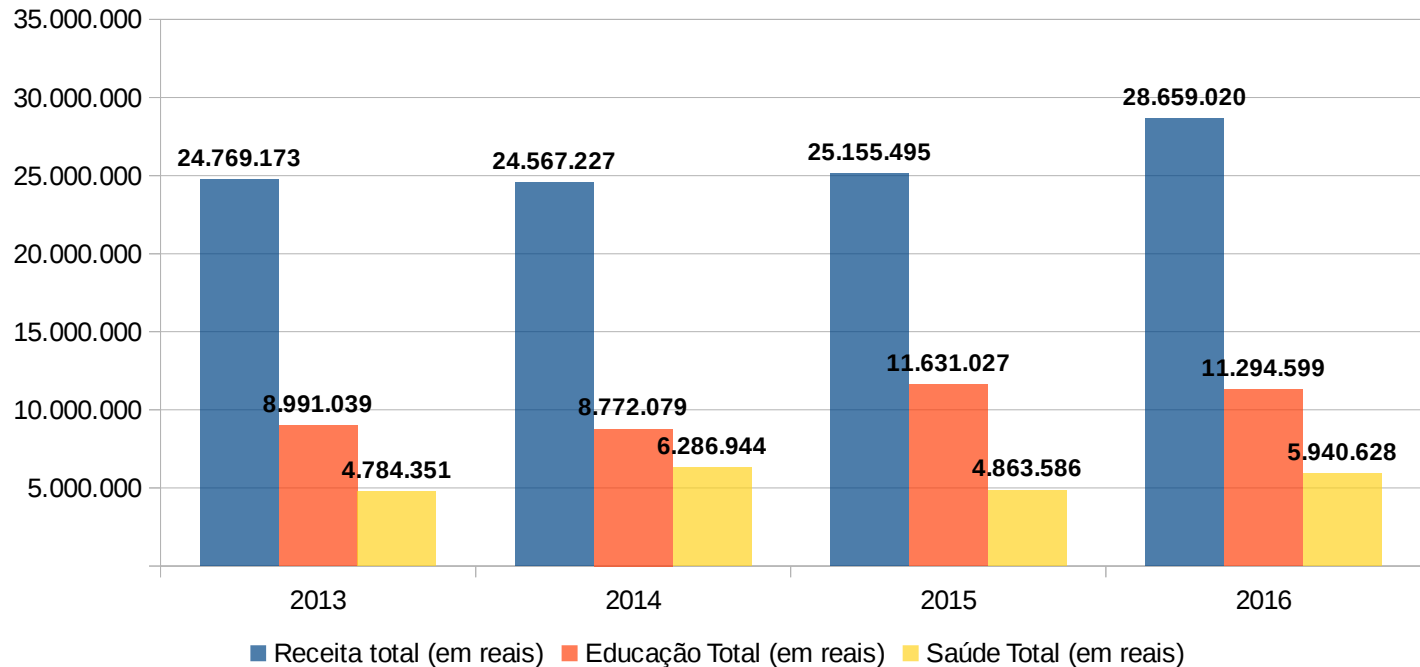


GASTOS EM SAÚDE E EDUCAÇÃO



Gastos totais em saúde e educação

Gastos totais em educação e saúde

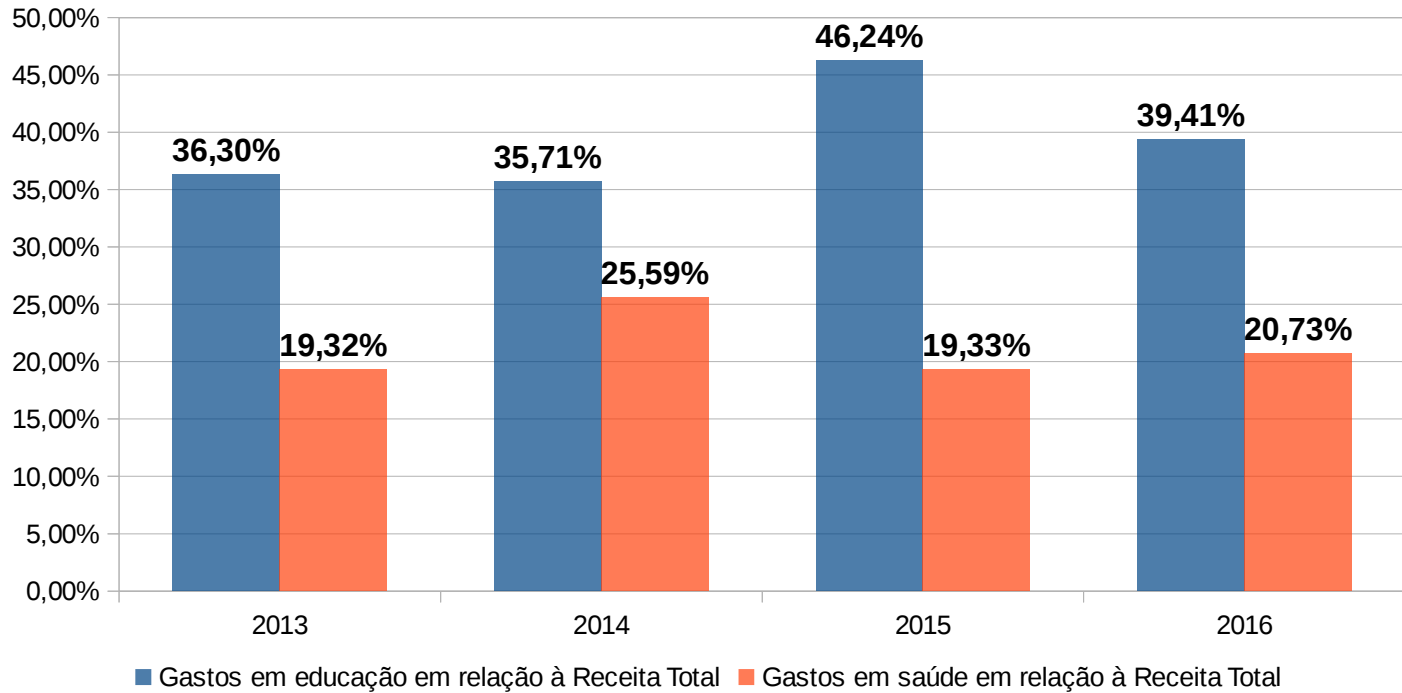


Fonte: Tesouro Nacional – Siconf. Diário Oficial do RN. Portal Transparência do município. Elaboração: ILAESE

Acima podemos ver os gastos totais em educação e saúde em relação a receita total do município nos últimos 4 anos. Importante notar que os valores absolutos investidos em educação reduziram em 2016.



Percentual investido em saúde e educação



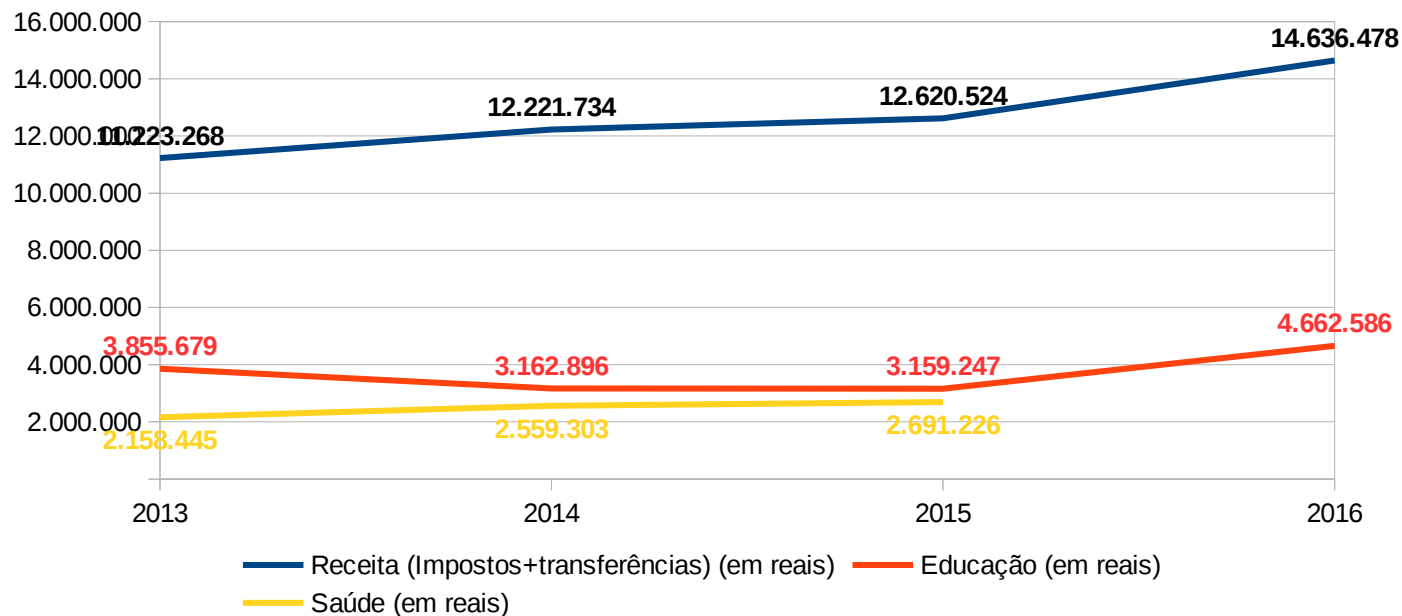
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Portal Transparência do município. Elaboração: ILAESE

A participação da saúde vem caindo em relação as receitas do município desde 2014, enquanto a educação teve expressiva queda em 2016.



Gasto mínimo constitucional em Educação e Saúde

Mínimo Constitucional - Saúde e Educação



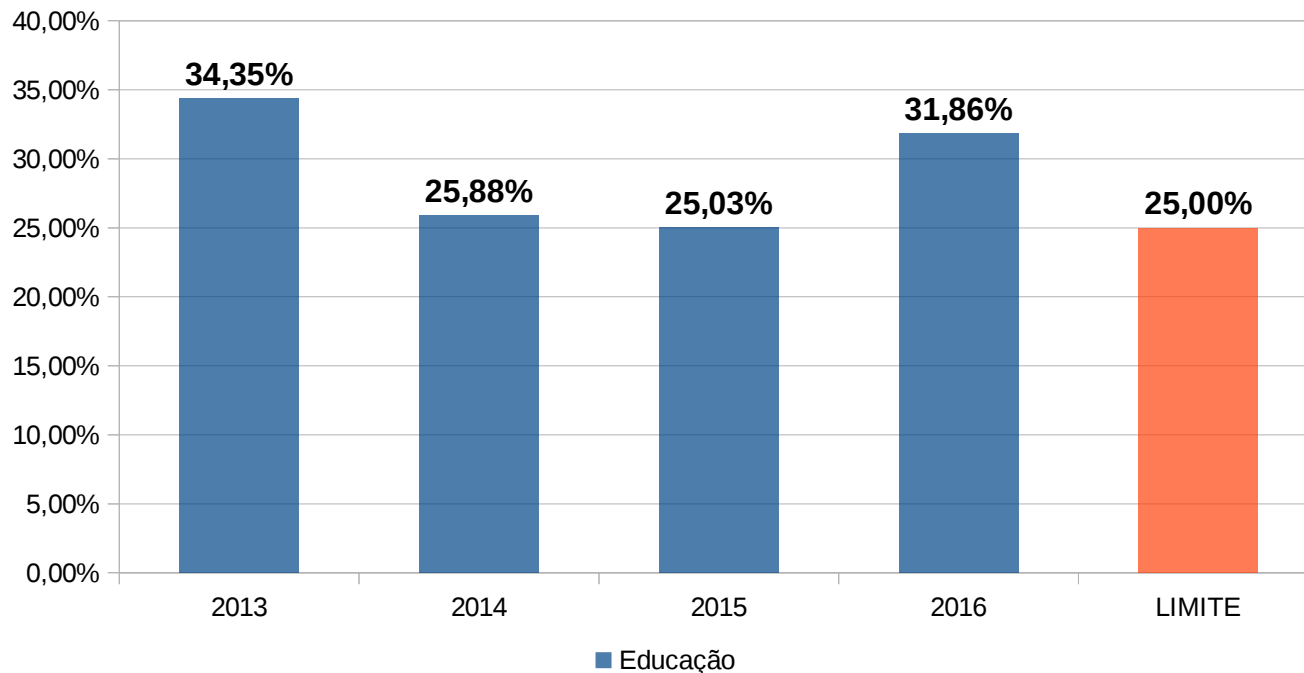
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Acima, vemos os gastos em educação e saúde em relação à receita por impostos, utilizada no cálculo dos mínimos constitucionais para saúde e educação.



Gasto mínimo constitucional na Educação

Gasto mínimo constitucional em Educação



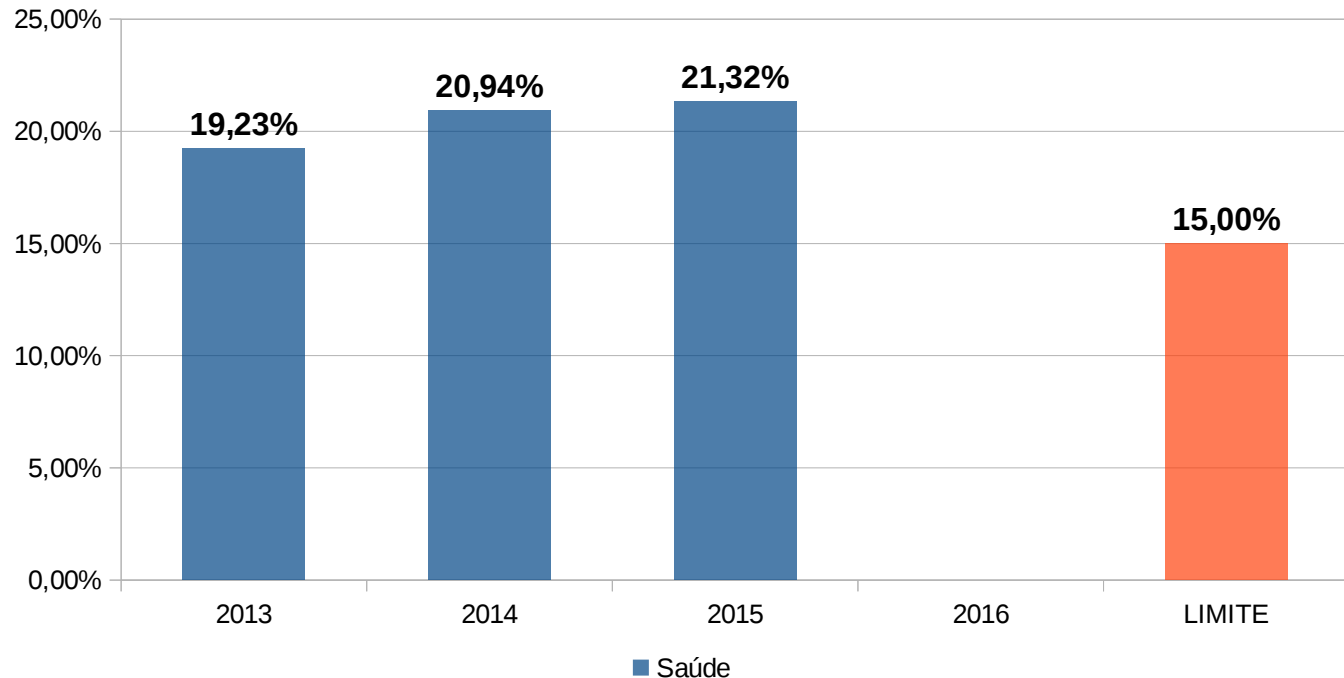
Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

Os gastos com a educação básica estiveram perigosamente perto do piso em 2014-2015, crescendo um pouco no ano de 2016.



Gasto mínimo constitucional na Saúde

Percentual de investimento em saúde conforme o gasto mínimo constitucional



Fonte: Tesouro Nacional - Siconf. Diário Oficial do RN. Elaboração: ILAESE

O mínimo constitucional da saúde é muito baixo, por isso o valor médio de 20% de investimento no setor é muito aquém da maioria dos municípios no país.

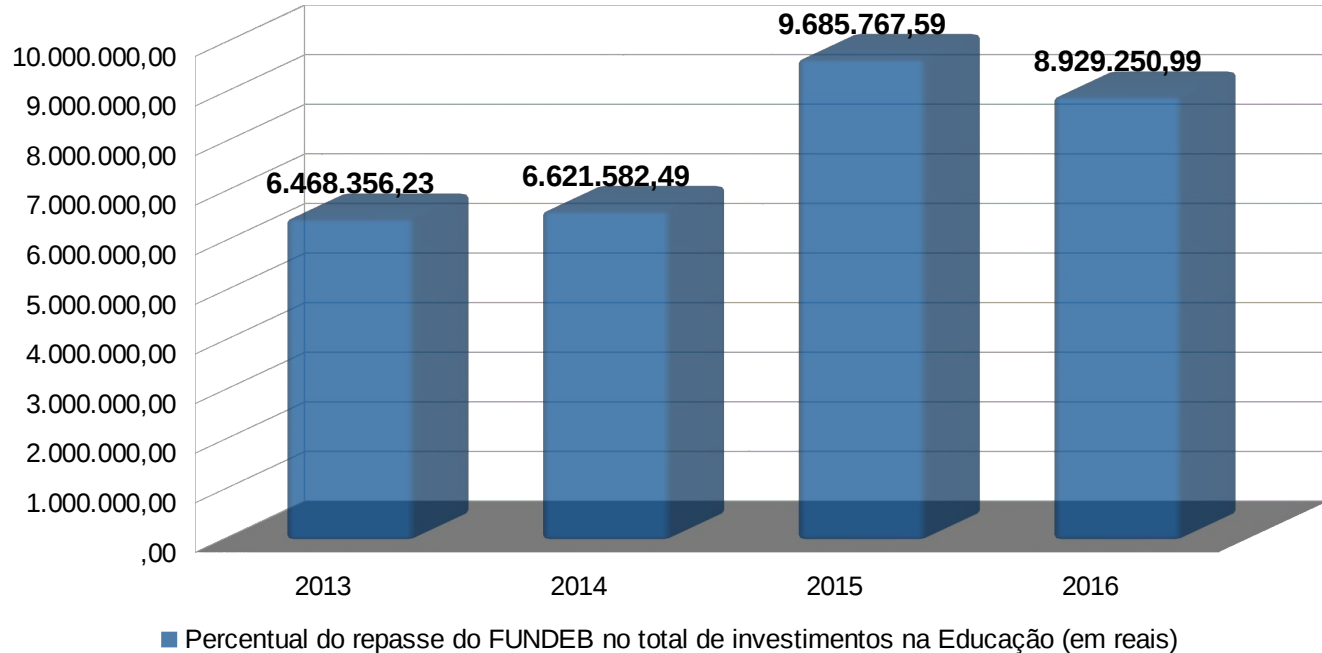


TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: FUNDEB E SUS



Transferência de Recursos do FUNDEB

FUNDEB - Transferência Bruta

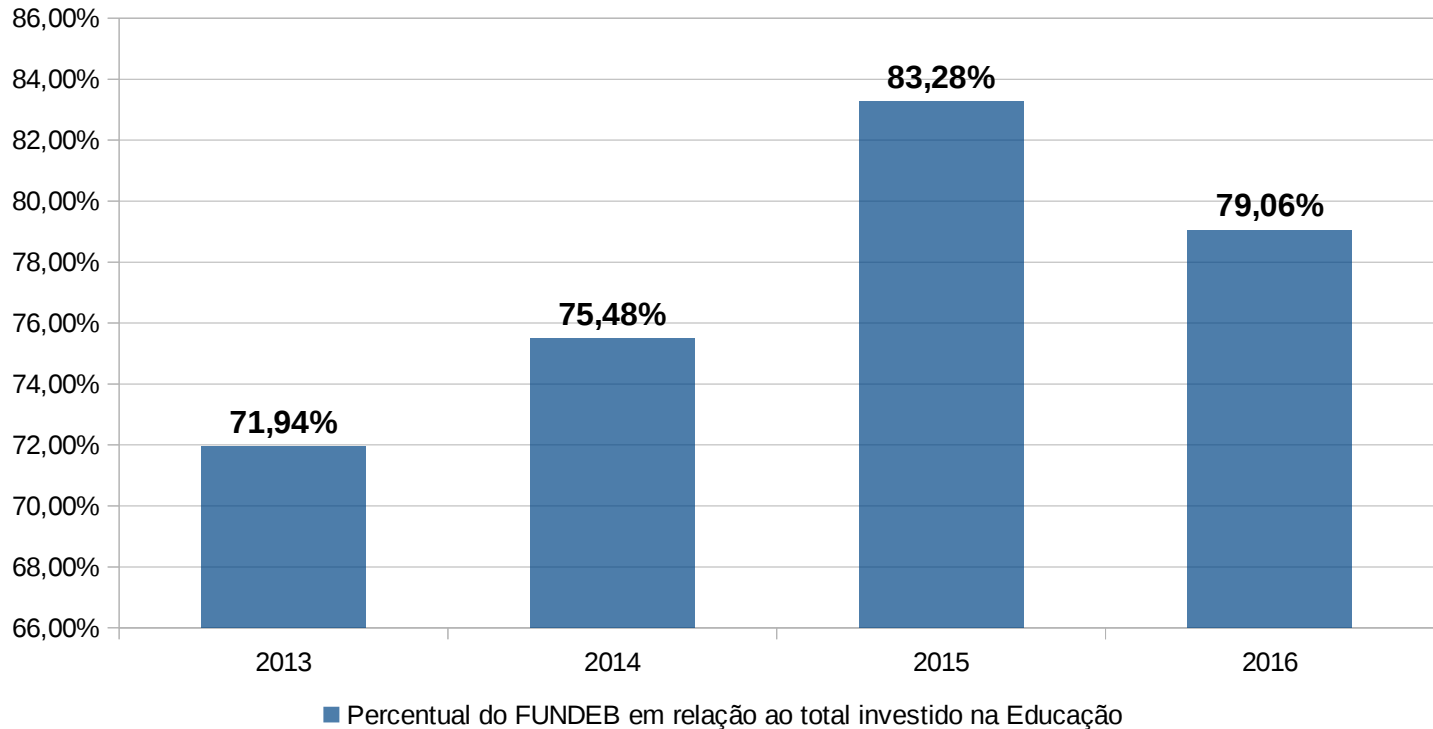


Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

A receita do FUNDEB para a educação deu um salto considerável entre 2014 e 2015, mas ficou quase estagnada entre 2015 e 2016.



Percentual do FUNDEB nos gastos totais em Educação



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Como podemos ver, nos últimos dois anos, quase todo orçamento da educação é relativo aos recursos transferidos pelo FUNDEB.



Resumo: Detalhamento dos gastos em Educação

	2013	2014	2015	2016
12 - Educação	8.991.038,88	10.791.800,80	11.631.027,33	11.294.599,13
12.361 - Ensino Fundamental	7.899.488,00	9.357.788,69	9.925.993,88	10.345.030,53
12.362 - Ensino Médio	997,50	3.800,00	0,00	0,00
12.363 - Ensino Profissional	0,00		0,00	0,00
12.364 - Ensino Superior	0,00		0,00	0,00
12.365 - Educação Infantil	397.163,73	983.164,07	1.629.394,61	772.562,04
12.366 - Educação de Jovens e Adultos	82.881,50	9.120,16	2.438,84	148.213,36
12.367 - Educação Especial	2.166,00	19.783,00	0,00	2.400,00
12.368 - Educação Básica	0,00		0,00	0,00
12.999 - Demais Subfunções Educação	608.342,15	418.144,88	73.200,00	26.393,20

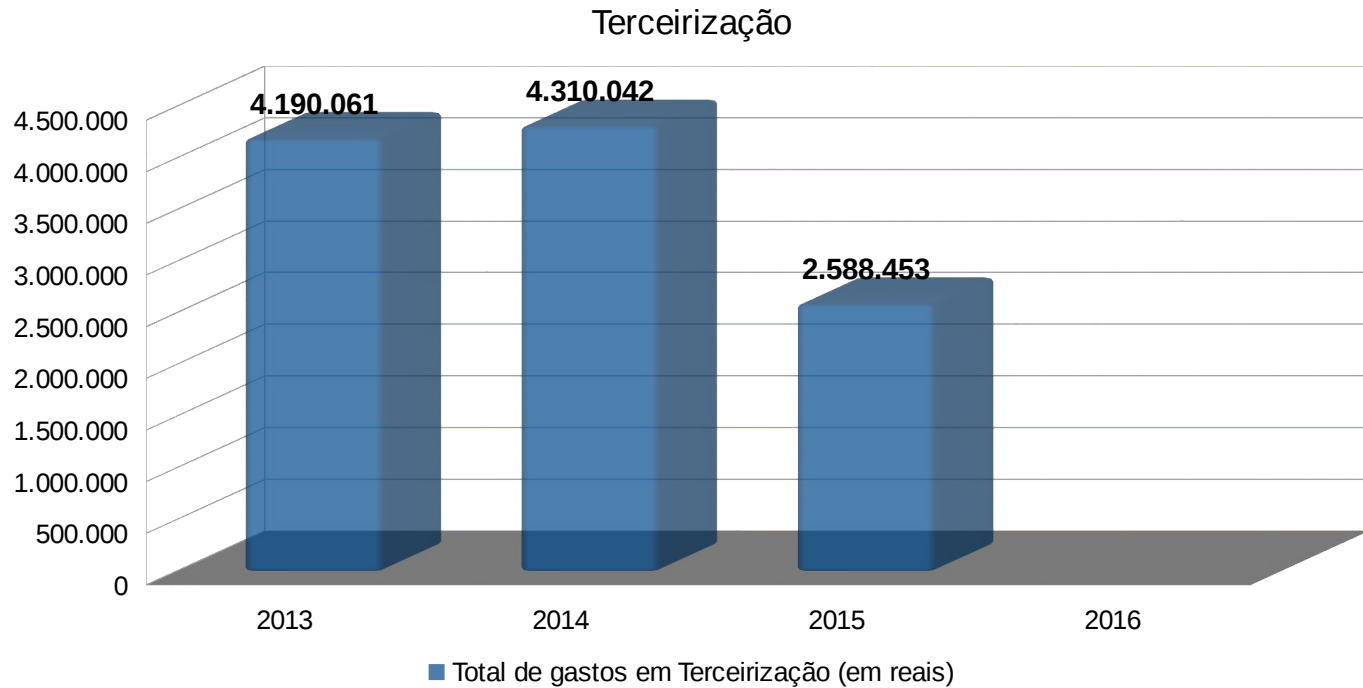
Fonte: Tesouro Nacional – Siconf e Portal Transparência do Município. Elaboração: ILAESE



TERCEIRIZAÇÃO



Gastos com Terceirização



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Os gastos com terceirização ocupam em média 15% da receita total do município. Sendo, inclusive, superiores ao montante destinado a educação básica para o cálculo do mínimo constitucional.

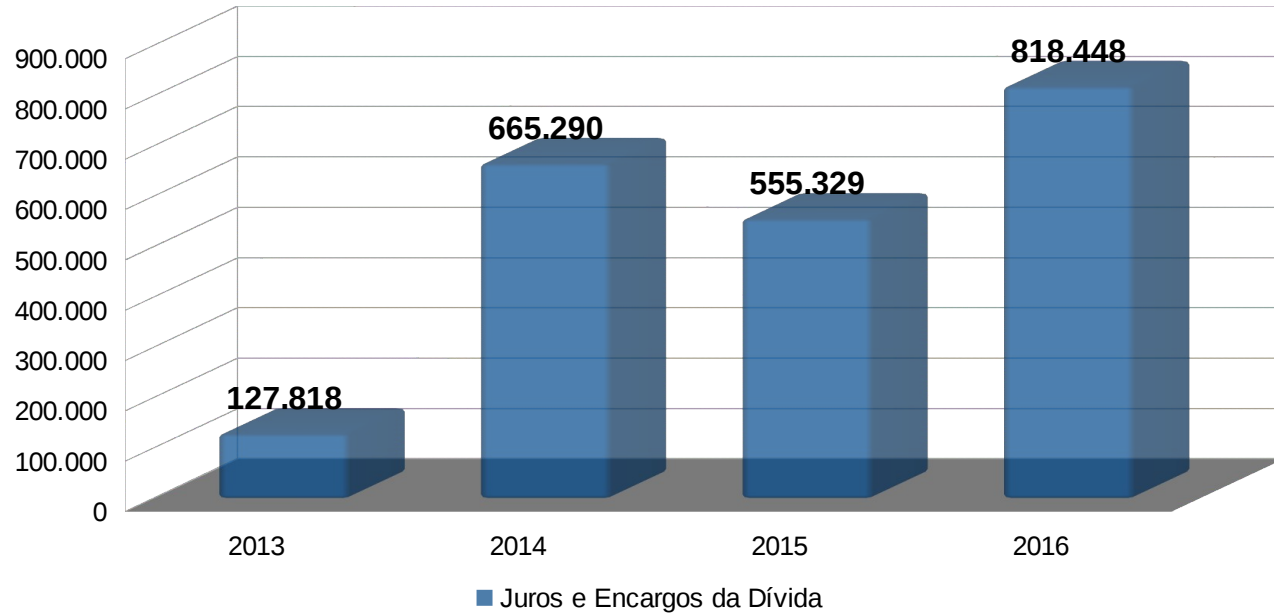


GASTOS COM A DÍVIDA



Gastos com a dívida

Gastos com a dívida do Município



Fonte: Tesouro Nacional. Elaboração: ILAESE

Mas nada cresceu tanto na prefeitura de Maxaranguape como os gastos com a dívida do município. Esses gastos cresceram mais de 6 vezes em apenas 4 anos.



CONCLUSÕES

A receita total de Maxaranguape cresceu de forma expressiva em 2016 ao mesmo tempo que o investimento absoluto em educação caiu nesse ano.

Foi extrapolado o valor mínimo de gasto com pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É preciso lutar contra essa Lei que privilegia o pagamento da dívida pública. Não sem razão, o que mais cresceu em Maxaranguape foram o pagamento dos serviços da dívida.

A maior parte dos investimentos em Educação são oriundos de recursos vinculados ao FUNDEB.

Os gastos com terceirização ocupam uma expressiva fatia no orçamento da prefeitura.